

ATITUDE DOS PROFESSORES FRENTE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS LOCALIZADAS NA ZONA NORTE DE SÃO PAULO.

Robert Wagner Marangoni Rocha¹

Érica Stoupa Martins²

Débora Cristina Ricardo³

Janine Lopes Carvalho⁴

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

O presente artigo pretende, a partir da fundamentação traçada, analisar a atitude dos professores frente a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física das escolas localizadas na zona norte de São Paulo. Para tanto, recorreu-se a um questionário, que utilizou a escala do tipo Likert com 12 questões. Responderam ao mesmo 14 professores de educação física. Os resultados apontam que, de modo geral, os professores são otimistas em relação a inclusão de alunos com deficiência em suas aulas. Acreditam que a inclusão traz um benefício para seus alunos e que é benéfica a aceitação por parte dos outros alunos. O que chama atenção é a falta de apoio e de barreiras enfrentadas no dia-a-dia do trabalho com os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa com Deficiência. Educação Especial. Educação Inclusiva. Educação Física Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da legislação e as conquistas das pessoas com deficiência, hoje não se debate apenas a questão de incluí-los ou não, em todos os ambientes da sociedade, inclusive nas escolas regulares, mas sim, como realizar de fato essa inclusão. Assim Silva e Garcez (2016 p.75) dizem:

Tendo como referência o conceito de pessoa com deficiência elaborada na convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 que diz “são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de

¹ Licenciado em Educação Física pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo/SP, pós-graduado em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência.

² Graduada em Serviço Social, Especialista em Gestão de Recursos Humanos e Mestre em Serviço Social. Professora da Faculdade Vértice - Univértix.

³ Doutoranda em Educação, Mestrado em Educação, Especialização Lato- Sensu em Design Instrucional para EAD Virtual, Especialização Lato- Sensu em Educação a Distância, Especialização Lato- Sensu em Linguística, graduação em Licenciatura Plena em Letras: Língua e Literatura Portuguesa, graduação em Pedagogia. Pesquisadora da CAPES. Integrante dos grupos de pesquisa: Grupo de Aprendizagem em Rede/ UFJF) e NGIME (Grupo de pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância/UFJF).

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância - NGIME/UFJF, coordenado pela professora Dr^a Eliana Lúcia Ferreira. Mestre em Psicologia, Graduada em Psicologia. Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Para que possamos garantir a participação em igualdade de condições e realizar de fato a inclusão, devemos pensar que a educação inclusiva é falar da aprendizagem dentro da sala de aula onde deve ser vista como um todo e para todos, garantindo a aprendizagem, favorecendo a adaptação e valorizando as diferenças humanas. (SILVA; GARCEZ, 2016; CARVALHO, 2011)

Diante deste contexto a educação física vem se ressignificando, ela abrange um extenso campo de ações com jogos, ginásticas, esportes, lutas e através desse movimento humano a educação física favorece o desenvolvimento físico, mental, social e emocional (BARBANTI, 2019).

Frente a educação física inclusiva é importante estabelecer atividades corporais que permitam e respeitem as diferenças e os limites corporais individuais, incentivando o desenvolvimento de ações motoras que levem a participação efetivas dos alunos com deficiência (FERREIRA, 2014). Essa tem como objetivo o desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor não só dos estudantes com deficiência, mas de todos os estudantes. O convívio é um fator fundamental para que esse objetivo seja atingido (CONCEIÇÃO; MENDES, 2014).

Ao professor de educação física cabe especialmente auxiliar no desenvolvimento das capacidades motoras, muitas vezes desconhecidas pelo próprio aluno, de acordo com Lehnhard e Antunes (2019, p.3) “é importante que o professor esteja consciente de sua importância como um facilitador do rompimento de barreiras e promoção do acesso à educação de qualidade por seus alunos”.

Esse artigo se baseia na concepção de educação física inclusiva considerando que todos os alunos participam das mesmas atividades propostas, tendo como princípio de planejamento e atitude, as especificidades dos alunos, e não na educação física adaptada (FERREIRA, 2014).

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a atitude dos professores frente à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação física e assim tenta revelar, em que medida essas atitudes constituem, ou não, as barreiras no processo de inclusão dos alunos matriculados na rede estadual de ensino das escolas localizadas na região norte da Cidade de São Paulo/SP. Para tanto, tem

como objetivo principal analisar a atitude dos professores frente a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.

Pesquisas como esta são relevantes para evidenciar um caminho a fim de que novas propostas, formação e ações inclusivas possam ser desenvolvidas no meio escolar. Identificando as barreiras, as alternativas para superá-las de forma efetiva e talvez definitiva, na construção de uma educação inclusiva que supera a questão da deficiência.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Inclusiva e Educação Física Inclusiva

Garcez (2016) considera que a educação inclusiva ocorre a partir da observação de 5 princípios: 1) toda pessoa tem o direito de acesso à educação; 2) toda pessoa aprende; 3) O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular; 4) O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos, 5) A educação inclusiva diz respeito a todos.

De acordo com Silva e Garcez (2016, p.102),

(...) a educação inclusiva não é mais um objetivo a ser priorizado, nem diz respeito somente ao acesso (matrícula e presença). Ela é o próprio projeto e diz respeito ao direito de todos de participar e aprender em igualdade de condições. Por isso, exige a transformação da escola a partir do reconhecimento da diferença como um valor intrinsecamente humano e do direito de cada um ser como é.

Para que a educação seja inclusiva é necessário que a escola e os professores que nela atuam trabalhem para a concretização de ações inclusivas no processo de aprendizagem. Segundo Palla e De Castro (2004, p.26):

Atitudes positivas de professores em relação ao ensino de alunos com deficiência são necessárias para o sucesso de qualquer programa de onde estes estejam participantes. O professor de educação física é o principal facilitador no processo de ensino aprendizagem das habilidades motoras e esportivas de alunos com e sem deficiência em diferentes ambientes.

A Educação Física inclusiva tem preconizado outro significado de corpo. Prevalece, em suas atividades, contra a busca do individual, em prol de uma Educação Física mais coletiva. Nesta perspectiva, o corpo deixa de ter um entendimento mais focado em sua dimensão biológica e passa a valorizar as possibilidades de movimento e a convivência social (FERREIRA, 2014).

Para que as atitudes/ações inclusivas ocorram nas aulas, a lógica da história de educação física do esporte precisa ser ressignificada através de práticas, a partir de uma perspectiva inclusiva e que quebre com modelo de que as aulas de educação física focam em competição, formação de atletas e alto rendimento (MENDES, 2016).

Historicamente o esporte pensado para a pessoa com deficiência surgiu como forma de complemento a reabilitação dos soldados mutilados no período da 1ª Guerra Mundial. Tendo esse movimento ganhado novo olhar para além da reabilitação no final da 2ª Guerra Mundial como os jogos anuais promovidos pelo *Stoke Mandeville Hospital*, localizado em *Alysbury* idealizado pelo Dr. Ludwing Guttmann, que tratava esses pacientes (FERREIRA 2014; COSTA E SOUZA, 2004).

Com essa mudança no olhar para o esporte frente a pessoa com deficiência, criam-se as Paraolimpíadas em 1960 influenciando a visão do olhar para o esporte no ambiente escolar. Como bem relata Conceição e Mendes (2014) os estudantes com deficiência não participavam das aulas de educação física. Eram muitas vezes, dispensados de disciplina. Para praticar atividades físicas, esses estudantes precisavam buscar alternativas em projetos específicos de educação física. Atualmente, a educação física escolar está evoluindo para uma visão inclusiva, que pressupõe o convívio e a participação de todos os estudantes nas mesmas atividades.

Nesse processo de constituição do fazer pedagógico, vivenciamos a educação física adaptada e estamos caminhando na construção de aulas de educação física inclusivas.

Ferreira (2014) considera que para entendermos o contexto da educação física voltada aos estudantes com deficiência, devemos partir de uma área do conhecimento chamada Educação Física Adaptada. Dentro dessa área, a práxis se divide em duas modalidades: a educação física adaptada e a educação física inclusiva. Na modalidade educação física adaptada, os estudantes com deficiência praticam atividades físicas separadamente de seus colegas. Ou seja, não participam das mesmas atividades que os demais estudantes. Na educação física inclusiva, todos participam das mesmas atividades propostas. Para isso, cabe ao professor planejar as aulas de acordo com as especificidades dos estudantes de cada turma.

Mantoan (2005) argumenta que, para que a construção da prática inclusiva seja bem-sucedida, as diferenças dos educandos devem ser reconhecidas como recurso positivo, assim favorecendo a aprendizagem de todos. Diante de tais obstáculos a escola precisará enfrentar e promover uma educação plural e democrática.

Conforme Gomes (2011, p.17):

A educação física escolar tem como objetivo colocar o aluno em contato com sua cultura corporal de movimento. Apresentar, problematizar, vivenciar e (re)construir as atividades rítmica, os esportes, a ginástica e as lutas, entendendo-as como construções sócio históricas e integrantes da cultura humana.

Diante desse cenário, de acordo com Batista *et al.*(2015, p.5), os professores de Educação física são vistos e representados como profissionais com atitudes positivas mais favoráveis a inclusão que os demais professores. Centeio (2009, p. 6), considera que “a atitude é um pré-anúncio de um comportamento, seja ele positivo ou negativo”.

Considerando que o currículo de educação física é um dos mais flexíveis no âmbito escolar, isso pode influenciar nas atitudes dos professores frente a processo de inclusão dos alunos com deficiência nas aulas.

Para Carvalho (2011, p. 19) “as atitudes estão em constante formação e mudança, atuam como um reflexo da sociedade e por isso são aprendidas gradualmente através da experiência e contato como o mundo que a rodeia”.

Fatores como formação, experiência com os alunos com deficiência, tempo de ensino na educação física, recursos materiais, idade, projeto político pedagógico influenciam nas atitudes dos professores frente ao processo inclusivo. Pensando na educação física Batista *et al.*(2015), afirma que para que a educação física contribua nesse processo devem existir dois aspectos fundamentais: o do campo da formação e o campo do apoio educativo e metodológico, para refletir sobre as atitudes dos professores.

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa escolhido foi o quantitativo, pois Segundo Richardson (1999), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de

técnicas estatísticas. Assim como a sua capacidade de considerar que tudo pode ser quantificável e que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, podendo classificá-las e analisá-las (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os participantes desta pesquisa foram professores que compõem o quadro do magistério da rede pública estadual do estado de São Paulo no município de São Paulo, zona norte da cidade. As escolas onde lecionam estão localizadas na Diretoria de Ensino nomeada como Norte 1, envolvendo os bairros de Pirituba, Brasilândia, Freguesia do Ó, Jaraguá, Vila Penteado, Jardim Paulistano, Morro Grande entre outros. No total de 106 escolas.

A escolha dessa região se deu por conta da familiaridade com esse território. Os professores selecionados faziam parte do universo de formação ou de trabalho do pesquisador e atuam em 10 escolas da região. Responderam à pesquisa um total de 14 professores, de 20 que foram selecionados, das diferentes etapas da educação básica (ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino Médio). Para a participação no estudo, os professores assinaram termo de consentimento livre e esclarecido.

Após organizar as questões no documento do Google.Docs, o mesmo foi enviado aos professores, via aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz e vídeo, por meio de conexão com a internet WhatsApp.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário com questões sócio demográficas referente a seu perfil como gênero, idade, tempo de experiência no magistério, formação na área de educação inclusiva e contato com aluno com deficiência. Após, as questões sócio demográficas os participantes responderam um questionário baseado na pesquisa de Greguol *et al.* (2018), que tinha como objetivo analisar as atitudes dos professores com relação a inclusão. Nesse questionário foi utilizado uma escala do tipo Likert com 12 afirmações, para quais existem quatro possíveis níveis e pontuação de respostas: QUATRO – concordo plenamente, TRÊS – concordo parcialmente, DOIS – discordo parcialmente, e UM – discordo totalmente. A oitava questão teve a pontuação invertida, ou seja, Quatro – discordo plenamente, TRÊS – discordo parcialmente, DOIS – concordo parcialmente, e UM – concordo totalmente (ANEXO).

Na mesma linha do Greguol *et al.* (2018), após preenchimento do questionário as respostas foram avaliadas dentro de quatro categorias:

Habilidade	Questões 1,2,3 e 4, como o professor percebe sua condição para lidar com as condições diferenciadas de seus alunos com deficiência – mínimo de 4 e máximo de 16 pontos;
Benefício	Questões 5 e 6, como o professor percebe os benefícios da inclusão com ou sem deficiência – mínimo 2 e máximo 8 pontos;
Aceitação	Questões 7, 8 e 9, como o professor percebe os benefícios a aceitação ou rejeição social dos alunos com deficiência – mínimo 3 e máximo 12 pontos;
Apoio	Questões 10, 11 e 12, como o professor percebe o suporte a receber pela escola para o trabalho com os alunos com deficiência – mínimo 3 e máximo 12.

Fonte: Adaptado de Greguol *et al.* (2018)

Os dados foram tabulados em planilha conforme resposta dos professores analisados de acordo com as categorias citadas acima de forma geral (tabela 2) e estatisticamente quando analisados de forma específica questões individuais que compõem as quatro categorias apresentadas.

Essa pesquisa foi realizada no período de 15 de novembro a 15 de dezembro de 2019.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As características gerais dos professores que participaram do estudo encontram-se sintetizadas na Tabela 1 a seguir.

Nesse estudo podemos constatar a predominância (71,5%) de professores do sexo feminino e também a grande maioria dentro da faixa etária de 31 a 50 anos de idade (78,6%). Além disso, também verificamos que a maioria (78%) dos professores já fizeram algum curso sobre a Educação Física para pessoas com deficiência e em relação a experiência no magistério uma predominância professores na faixa de 11 a 20 anos com 9 (64,4%).

Tabela 1- Caracterização dos participantes.

Gênero	
Masculino	4 (28,5%)
Feminino	10 (71,5%)
Faixa Etária	
31 a 40 anos	8 (57,1 %)

41 a 50 anos	3 (21,5%)
51 a 60 anos	2 (14,3%)
Mais de 60	1 (7,1%)
Cursos Extra Curriculares em Deficiência	
Sim	11 (78,5%)
Não	3 (21,5%)
Já trabalhou com aluno com Deficiência	
Sim	14 (100%)
Não	0
Experiência no Magistério	
6 a 10 anos	4 (28,5%)
11 a 15 anos	3 (21,5%)
16 a 20 anos	6 (42,9%)
Mais de 20 anos	1 (7,1%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação a faixa etária 57,1% dos participantes possuem de 31 a 40 anos tendo como experiência no magistério entre 6 a 20 anos de carreira. Quando nos debruçamos sobre o ano de conclusão da formação acadêmica dos profissionais, podemos verificar que sua grande maioria se formou entre os anos de 1999 a 2009. O que evidencia que em sua formação inicial já foram apresentados ao conhecimento específico sobre pessoas com deficiência, já que esse conteúdo foi inserido nos cursos de Educação Física no fim dos anos 1980, como prevista na Constituição Federal de 1988 em seus artigos 205 e 208 Cap. III da Educação, da Cultura e do Desporto. Tais legislações dissertam que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, ainda no art. 217 fala do dever do estado de fomentar práticas desportivas formais e não formais.

Sendo assim, podemos considerar que mesmo frequentando cursos extracurriculares é necessário verificar a qualidade dos mesmos como destaca Mazzotta (2003 p.15)

Que a formação adequada dos profissionais que atuam com pessoas com deficiência só seria possível através de uma eficiente formação acadêmica. Diante disso, pode-se afirmar que os docentes do curso de Educação Física, ao ser formados numa perspectiva de inclusão educacional, apresentarão melhores estratégias metodológicas que culminará na participação dos alunos com deficiência no contexto teórico e prático de suas aulas, possibilitando a permanência e a autonomia dos mesmos.

Foi unânime a resposta dos participantes quando questionados se já lecionaram para alunos com deficiência. Afirmativa vem nos evidenciar que, de fato a garantia de acesso ao ensino regular pela pessoa com deficiência está ocorrendo conforme nos mostra os resultados de um estudo feito por Garcez (2016) que após a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, o Brasil teve um crescimento em 70% o número de matrículas na educação básica brasileira, sendo 80% dessas matrículas em ambientes inclusivos não mais em escolas.

Tabela – 2 Análise geral das categorias do Questionário.

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Habilidade (4 a 16 pontos)	12,71	0,65	9	15
Benefício (2 a 8 pontos)	5,31	0,80	2	8
Aceitação (3 a 12 pontos)	7,5	0,74	6	10
Apoio (3 a 12 pontos)	6,21	0,82	3	8

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação às questões referentes a habilidade, dentre os profissionais pesquisados o item habilidade foi o que proporcionalmente recebeu maior pontuação atingindo 12,71 pontos. Os mesmos, afirmam sentir que possuem conhecimentos para lidar com as necessidades educacionais de alunos com deficiência ressaltando assim que as crianças vão se beneficiar com a interação resultante da sua colocação em uma sala regular.

Já os professores que concordavam parcialmente em ter conhecimentos para lidar com as necessidades dos alunos com deficiência, são os mesmos que concordam plenamente como o benefício da interação.

Nesse sentido Lebres (2010 p.30) aponta que:

Embora pareça um princípio utópico, compete à comunidade escolar, assim como toda a sociedade, o desenvolvimento de uma atitude positiva e de aceitação face as crianças com deficiência, na tentativa de superar os problemas que se levantam no decorrer de todo um processo de ensino-aprendizagem.

Nessa questão também 71,4% dos participantes concordam que as crianças com deficiência vão se beneficiar com a integração com os alunos sem deficiência. O único participante que discorda parcialmente é o mesmo que em todas as

questões ou discorda totalmente ou discorda parcialmente evidenciando uma atitude desfavorável frente a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de educação física.

Para 78,6% dos professores pesquisados as crianças com deficiência são socialmente aceitas por seus colegas sem deficiência. Nessa categoria, podemos considerar atitudes positivas dos professores quando se trata de conhecimento e benefício de interação. Sendo assim em Lenhard e Antunes (2019, p.16) citam em seu estudo que:

A relação dos alunos sem deficiência com o aluno com deficiência física, segundo a professora, é boa e eles costumam ser solidários, já o aluno com deficiência física nem sempre aceita auxílio dos colegas. Segundo Falkenbach e Lopes (2010) as crianças apresentam uma relação natural mesmo que a aparência as distancie em um primeiro momento.

As atitudes desfavoráveis referentes as crianças não serem aceitas socialmente por seus colegas, nos remete ao projeto de escola inclusiva onde os alunos estão inseridos, pois, se a escola de fato não desenvolve um projeto inclusivo, essas atitudes acabam sendo percebidas não só entre os alunos, mas em todos os espaços da escola.

Frente às questões de benefícios apesar de dois participantes assinalarem a pontuação mínima (2 pontos) e um participante a pontuação máxima (8 pontos) a média ficou em 5,31 evidenciando atitudes positivas e otimistas diante sua capacidade de alimentar os déficits de aprendizagem e o comportamento dos alunos com deficiência. Assim sendo, para que haja uma mudança de atitude Carvalho (2011) relata em seu estudo que é a experiência no ensino de alunos com deficiência, a única que influencia significativamente a atitude dos professores em relação a formação necessária para promover a inclusão nas suas aulas.

Em relação as questões de aceitação, observa-se que a aceitação é positiva quando os professores concordam em gostar de ter alunos com deficiência em suas aulas, apesar de nenhum participante ter atingido a pontuação máxima (12 pontos) permanecendo uma média de 7,5. Mas não demonstram atitudes positivas frente a questão de os materiais adequados estarem disponíveis para o trabalho com os alunos com deficiência concentrando em discordo parcialmente e discordo totalmente a maioria das afirmações.

Frente a questão de os alunos com deficiência sofrerem humilhação de seus colegas sem deficiência, as atitudes dos professores são negativas demonstrando o que já foi apresentado na habilidade referente a aceitação social dos alunos com deficiência e seus colegas sem deficiência.

Esse resultado evidencia a necessidade de fato de haver uma política educacional inclusiva que vai para além do profissional de educação física e suas atitudes positivas.

Atuar no campo educacional a partir dos princípios da inclusão é uma chance que os educadores têm de reorganizar as escolas com o objetivo de garantir e qualificar socialmente o acesso de todas e todos às oportunidades educacionais e sociais. Os desafios aparecem nas relações entre pessoas diferentes convivendo no espaço comum. (SILVA; GARCEZ 2016)

Sobre as questões que analisaram o apoio, nota-se que mediante a afirmativa sobre os serviços de apoio disponíveis ao profissional, destacou-se com a menor atitude positiva recebendo a pontuação média de 6,21 de um máximo de 12 pontos. Quando questionados sobre os recursos financeiros suficientes para aquisição de materiais nenhum participante atingiu a pontuação máxima e 1 participante a pontuação mínima (3 pontos).

Neste sentido, Fiorini e Manzini (2014) destacam em seu estudo com professores de educação física de escolas públicas que a falta de recursos pedagógicos e os espaços inadequados para as aulas constituem em dificuldades para o processo de inclusão. Outros pontos negativos apresentados pelos autores referem-se à dificuldade dos professores em obter acesso as informações sobre as deficiências dos alunos e a falta de um profissional de apoio para colaborar nas aulas, especialmente no caso de deficiência severas.

Ações relativas ao trabalho multidisciplinar e atitudes intersecretariais que beneficiam de fato a pessoa com deficiência ainda são um desafio nas redes de ensino do Município e do Estado de São Paulo. Essa atitude desfavorável pode ser analisada se observamos a remuneração dada a função do profissional de educação física, sendo considerada baixa pelos que exercem a função.

Mas quando se afirma sobre a frequência em cursos adicionais para ampliar os conhecimentos sobre a educação dos alunos com deficiência, 90 % apresentaram atitude positiva como explana em seu trabalho Vittal *et al.*(2010) e

Greguol *et al.*(2018) que torna-se cada vez mais necessário o processo de formação dos professores na educação especial, pois só assim podemos ter um efeito melhor em relação a confiança e aceitação por parte dos professores consolidando seu trabalho com os alunos com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos dados obtidos, pode-se evidenciar que as atitudes dos professores são favoráveis e estão diretamente ligadas às questões que impactavam seu conhecimento e suas decisões individuais, no trabalho com aluno com deficiência.

Já as questões que envolviam afirmações referentes a fatores externos que influenciam seu trabalho, as atitudes se apresentaram como desfavoráveis no processo de inclusão.

Conclui-se que as atitudes dos professores corroboram com o processo de educação inclusiva, mas que essa disciplina faz parte de um projeto de educação maior do que apenas um componente curricular. Sendo a educação inclusiva entendida como um espaço de igualdade de oportunidades e valorização das diferenças, as práticas, as ações e perspectivas da escola devem seguir esse princípio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BATISTA, Francine. SANTOS, Soraya. FUMES, Neiza. Atitudes dos docentes de Educação física face ao processo de inclusão dos alunos com deficiência na educação. 2015. <<http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/11/atitudes-dos-docentes-de-educacao-fisica-face-ao-processo-de-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-na-educacao-superior.pdf>>. Acessado 01/05/2020

BARBANTI, Valdir. O que é Educação Física. Escola de Educação física e esporte de Ribeirão Preto 2019. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4568569/mod_resource/content/1/Texto%202.pdf> acessado em 25/05/2020

BRASIL. [CAPÍTULO III. Da Educação, da Cultura e do Desporto SEÇÃO I, Da Educação]. IN: Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> Acessado em 25/05/2020

CARVALHO, M. S. F. As atitudes dos professores face à inclusão de alunos com deficiência – o contacto com a deficiência. Dissertação. Mestrado em Ensino da

Educação Física no Ensino Básico e Secundário. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011. Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2948/Mafalda%20Carvalho_Relat%C3%B3rio.pdf?sequence=1> Acessado em 12/05/2020

CENTEIO, D. M. J. F. Educação física inclusiva: Atitudes dos alunos face à Educação Física Inclusiva – Estudo Exploratório do 2º e 3º CEB. Dissertação de Licenciatura em Educação Física Apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física - FCDEF- Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009 disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13129?mode=full>> Acessado em 15/05/2020

CONCEIÇÃO, Luiz Henrique de Paula. MENDES, Rodrigo Hubner. Você sabe o que é educação física inclusiva. In. **Diversa educação inclusiva na pratica**. 29/12/2014. Disponível em <<https://diversa.org.br/artigos/educacao-fisica-inclusiva/>>. Acessado em 01/05/2020.

COSTA, C. R.; MOREIRA, J. C. C.; SEABRA JUNIOR, M. O. Estratégias de Ensino e Recursos Pedagógicos para o Ensino de Alunos com TDAH em Aulas de Educação Física. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 21, n. 1, p. 111-126, Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382015000100111&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14/04/2020.

CUNHA, Amélia T. B. da. Sobre a carreira docente, a feminização do magistério e a docência masculina na construção do gênero e da sexualidade infantil. In IX ANPED Sul seminário de pesquisa em educação da região sul. 2012. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2974/824>> Acessado em 03/05/2020

FERREIRA, Eliana Lucia (org). **Esportes e Atividades Físicas Inclusivas**. Juiz de Fora NGIME/UFJF, v. 1. 2014.

FERREIRA, Eliana Lucia (org.). **Esportes e Atividades Físicas Inclusivas**. Juiz de Fora NGIME/UFJF, v. 4.2014

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Formação continuada do professor de Educação Física com foco na inclusão escolar. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 334-355, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em 14/04/2020.

GOMES, Dênia Paula. Os sentidos da inclusão de alunos com deficiência no discurso dos professores de Educação física. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – Minas Gerais. 2011. Disponível em <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3469/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em 03/05/2020

GREGUOL, Marcia; MALAGODI, Bruno Marson; CARRARO, Attilio. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares **Rev. bras. educ. espec.** v.24 n.1 Bauru jan./mar. 2018.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382018000100033&lng=pt&tlng=pt> acesso 12/07/2019

KUHNEN, Roseli Terezinha. A Concepção de Deficiência na Política de Educação Especial Brasileira (1973-2016). **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 3, p. 329-334, Set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v23n3/1413-6538-rbee-23-03-0329.pdf>>. Acesso em: 14/04/2020.

LEBRES, Carlos Alberto Dias e Rocha. **Atitudes dos Professores de Educação Física do 1º Ciclo face à Inclusão de Alunos com Deficiência em Classes Regulares**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra faculdade de ciências do desporto e educação física. Coimbra, Junho de 2010. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13129>>. Acessado em 03/05/2020

LEHNHARD, Greice Rosso; ANTUNES, Maria Rubia. **Aluno com deficiência física nas aulas de educação física: Discussões sobre a inclusão escolar**. Manancial Repositório digital da UFSM. 2010. https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2579/Lehnhard_Greice_Rosso.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em 16/07/2019

MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz?. **Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005. Disponível em <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9-Mantoan-Inclus%C3%A3o_Escolar.pdf?1473202907>. Acessado em 05/03/2020

MAZZOTA, M. J. S. Identidade dos alunos com necessidades Educativas Especiais no contexto da política educacional Brasileira. **Revista Movimento, Niteroi**, v.10, n.7, p.11-18, 2003. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32463>>. Acessado em 18/05/2020.

MORGADO, F. F. da R. *et al.*. Representações Sociais sobre a Deficiência: Perspectivas de Alunos de Educação Física Escolar. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 2, p. 245-260, Junho 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382017000200245&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10/04/2020

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. - Catalão: UFG, 2011. Pag. 25. Disponível em <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acessado em 02/05/2020.

PALLA, Ana Claudia. DE CASTRO, Eliane Mauerberg. Atitudes de professores e estudantes de Educação Física em relação ao ensino de alunos com deficiência em ambientes inclusivos. **Revista da Sobama**. Dezembro de 2004, vol. 9, n. 1, pp. 25-34 Disponível em <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/vol9no12004.pdf>>. Acessado em 04/05/2020

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo – RGS: Universidade Feevale, 2013. Disponível em <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acessado em 15/05/2020

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.pag. 70. Disponível em <<file:///C:/Users/Compaq/Downloads/RICHARDSON,%20R.%20J.%20Pesquisa%20Social,%20m%C3%A9todos%20e%20t%C3%A9cnicas.%20S%C3%A3o%20Paulo%20Editora%20Atlas,%202010..pdf>>. Acessado em 25/05/2020

ROCHA Artur Batista de Oliveira. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaios Pedagógicos**, v.7, n.2, Jul/Dez 2017. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>>. Acessado em 19/04/2020.

SILVA, Claudia Lopes da. GARCEZ, Liliane. **Educação Inclusiva** – Londrina:- Editora e Distribuidora Educacional S.A. 2019. Disponível em <https://www.academia.edu/40872127/EDUACAO_INCLUSIVA_LIVRO>. Acessado em 01/05/2020

VITTAL, Fabiana Cristina Frigieri de; VITTAL Alberto de; MONTEIRO, Alexandra S.R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência Rev. bras. educ. espec. vol.16 no.3 Marília set./dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000300007&lang=pt>. Acessado em 08/11/19